

O gigantesco guarda-chuva social do DF

Com mais de 50 projetos, Programa de Desenvolvimento Social atende 300 mil pessoas

São mais de meia centena de projetos. Um imenso guarda-chuva destinado a proteger, em um primeiro momento, e a promover a emancipação, em seguida, daqueles cidadãos considerados carentes ou em situação de risco. Esse trabalho de diversas frentes, mantido pelo Governo do Distrito Federal, atende pelo nome de Programa de Desenvolvimento Social (PDS), que tem como beneficiários diretos as 173 mil famílias da capital da República com rendimento até um salário mínimo per capita.

Criado no final de 2002, como forma de melhor planejar, executar e avaliar as ações antes desenvolvidas sem um controle central, o Programa de Desenvolvimento Social é coordenado pela vice-governadora, Maria de Lourdes Abadia. Para que essas propostas tenham um efeito prático positivo, criou-se a Agência de Desenvolvimento Social, órgão normativo que coordena as 13 secretarias executoras de ações dessa natureza do Renda Minha ao Restauran-

te Comunitário, do Cartão Solidarietà ao Picasso não Pichava.

Contrapartida – De acordo com Maria de Lourdes, todos os programas foram idealizados para promover a inclusão social, mas sem perpetuar a antiga figura do assistencialismo. A vice-governadora explica que, nesse arcabouço de ação social, há desde atividades com características emergenciais, como a doação de pão e leite, até propostas que passam a exigir, em um segundo estágio, uma contrapartida dos beneficiários. Algo como o exemplo bíblico de

ensinar a pescar em vez de dar o peixe.

Nessa gigantesca tenda de proteção àqueles com menos chances, ela destaca como essenciais os programas de proteção infantil. Não é à toa que a maior parte das ações destina-se ao atendimento direto a crianças e jovens. Como o carro-chefe da Secretaria de Educação, o Programa Renda Minha, que concede bolsas de R\$ 45 por aluno cadastrado para garantir a permanência desse contingente na escola. No ano passado, foram contempladas 61 mil famílias. A

"A demanda só aumenta e, infelizmente, o Governo Federal fez contingenciamento na área social. Temos preocupação, por exemplo, em relação ao atendimento a crianças em creches. As entidades acabam assumindo 70% das despesas sozinhas"

Gláucia G. de Oliveira,
presidente do Conselho de
Assistência Social do
Distrito Federal



Fotos: José Paulo Lacerda / Ag. Pixel

Moradores de comunidades carentes do entorno da Capital, a maioria vindos de estados vizinhos ou do Nordeste, são beneficiários dos programas que amenizam suas dificuldades, oferecendo parte do sonho que vieram em busca de realizar

transferência de recursos também é a base do Renda Solidarietà, que oferece às famílias cadastradas um benefício mensal de R\$ 130.

Linha dura na fiscalização

O Cadastro Único de Beneficiários de Programas Sociais, que começou a ser implementado no ano passado, é a mais útil ferramenta do GDF para evitar irregularidades na concessão de benefícios. Nesse novo modelo de controle e gestão, quase 100 mil famílias foram recadastradas, em um procedimento que apontou diversos casos nos quais o contemplado não fazia mais jus à transferência de recursos. Segundo Maria de Lourdes Abadia, somente com essa fiscalização severa a estrutura de programas sociais promoverá o resultado desejado.

"Além de apertar o cerco, esse controle evita a superposição de benefícios, em uma

sempre bem-vinda racionalização na aplicação dos recursos públicos", ressalta a vice-governadora. Um dos exemplos é citado pela secretária de Educação, Maristela de Melo Neves, quanto ao Renda Minha, já que não foi permitido aos pais que têm um ou dois filhos atendidos migrar para o Renda Solidarietà. "Quem tem filho de seis a 15 anos não é clientela do Renda Solidarietà", reitera.

Consciência – Os efeitos desse trabalho social, que não preza simplesmente a distribuição de benesses, mas sim a formação de uma consciência cidadã, é enfatizado por Maria de Lourdes. Ela revela que, na contramão dos que tentam tirar proveito dessas ações, há pessoas que solicitam, espontaneamente, o desligamento dos programas. Como Alessandra Moreira dos Santos, 22 anos, mora-

dora de Samambaia, que abriu mão da cesta básica. "Não é justo continuar recebendo se não preciso mais. Tomando o lugar de idosos, por exemplo, que não podem trabalhar. Quem faz isso não respeita os outros."

Na avaliação da presidente do Conselho Social do Distrito Federal, Gláucia Gomes de Oliveira, em análises realizadas desde o ano passado, "a estrutura montada pelo governo realmente é boa". O órgão tem a missão de fiscalizar os programas desenvolvidos pela Secretaria de Ação Social, além de propor ações da política de assistência. Preocupada com a retração dos recursos na área federal, ela defende o aumento desses repasses a entidades parceiras do GDF, que garantem a manutenção de ações fundamentais, especialmente no atendimento a idosos e crianças.